



Produção científica brasileira acerca das Políticas Públicas em Educação Ambiental: pesquisa exploratória na Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Brazilian scientific production on Public Policies in Environmental Education: exploratory research in Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Cibele Vasconcelos Dziekaniak  e José Vicente de Freitas . Universidade Federal do Rio Grande (Brasil)

Resumo

O artigo apresenta uma análise da produção científica brasileira em periódicos de acesso aberto acerca da temática “Políticas Públicas em Educação Ambiental”. Foi realizada pesquisa exploratória na base brasileira de periódicos da SciELO, por se tratar da maior base brasileira de periódicos de acesso aberto, reconhecida internacionalmente. Foram apontados 17 artigos específicos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental e identificados os principais dados sobre os periódicos que os publicaram; os anos de maiores publicações sobre o tema; os autores que mais publicaram artigos na área e seus vínculos institucionais; as matrizes conceituais e metodológicas; as temáticas e teorias mais exploradas; as políticas públicas, diretrizes, ações, estratégias, projetos e programas de Educação Ambiental citados e a visibilidade internacional dos artigos. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo. O estudo pretende delinear o estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, a partir dos artigos de periódicos científicos brasileiros indexados na base SciELO e conclui que a produção científica sobre esta temática apresenta um número reduzido de publicações em periódicos, o que torna cada vez mais importante o desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas, a fim de proporcionar subsídios aos educadores ambientais, ao poder público e à sociedade em geral para o fortalecimento de ações, controle e participação social.

Astract

This article presents an analysis of Brazilian scientific production in open access journals on “Public Policies for Environmental Education”. Exploratory research was conducted in the internationally recognized Brazilian directory of open access journals SciELO, the biggest in Brazil. The authors indicated 17 specific articles on public policies for environmental education and identified: the main data about the journals that published them; the years with the most publications on the subject; the authors with the most articles published in the area and their institutional ties; the conceptual and methodological matrixes; the most explored subjects and theories; the public policies, guidelines, actions, strategies, projects and programs for environmental education cited; and the international visibility of the articles. To do so they used the

Content Analysis methodology. The purpose of the study was to outline the state of knowledge about public policies for environmental education in Brazil based on articles published in Brazilian scientific journals indexed in the SciELO directory. It concluded that scientific production on the subject is limited to a small number of publications in journals, making it increasingly important to develop theoretical-practical studies capable of informing environmental educators, the government and society in general aiming to strengthen activities, control and social participation.

Palabras chave

Políticas Públicas em Educação Ambiental; Estado do conhecimento; Periódicos científicos brasileiros.

Key-words

Public Policies for Environmental Education; State of Knowledge; Brazilian Scientific Journals.

Introdução

Embora as Políticas Públicas estejam permanentemente sendo abordadas e discutidas com maior ênfase no âmbito da Educação Ambiental, assim como conquistando cada vez mais a atenção dos educadores ambientais frente às necessidades sociais, percebe-se que a produção científica sobre a temática Políticas Públicas em Educação Ambiental ainda aponta para um número reduzido de publicações em periódicos.

Para validar esta hipótese sugerida pela análise a priori do problema, foi realizado um levantamento da produção científica brasileira em periódicos, especificamente sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental, por meio de pesquisa exploratória na base de periódicos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)¹, a fim

1 Além dos periódicos brasileiros, a base SciELO indexa periódicos de outros 14 países de língua portuguesa e espanhola. A base completa encontra-se disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

de identificar os artigos publicados no Brasil sobre o referido tema. Ainda que a pesquisa realizada não tenha abordado a totalidade dos periódicos brasileiros, a opção pela base de periódicos da SciELO se deu em razão desta ser uma renomada biblioteca eletrônica que indexa, criteriosamente, uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros² de acesso aberto, nas mais diversas áreas do conhecimento. O questionamento que motivou a pesquisa foi: qual o estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, a partir dos artigos de periódicos científicos brasileiros indexados na base SciELO?

O objetivo do estudo foi identificar a produção científica brasileira acerca da temática “Políticas Públicas em Educação Ambiental” em 354 periódicos científicos brasileiros de acesso aberto que compõem atualmente a base brasileira de

2 São eles: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru, Portugal, Uruguai, Venezuela. Encontra-se em desenvolvimento a base de periódicos do Paraguai

periódicos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e destacar os dados dos periódicos que publicaram os referidos artigos; os autores que mais publicaram artigos na área e seus vínculos institucionais; anos de maiores publicações sobre o tema; as matrizes conceituais e metodológicas; ; as temáticas e teorias mais exploradas no campo amplo das políticas públicas em EA; as diretrizes, ações, estratégias, políticas públicas, projetos e programas de Educação Ambiental citados e a visibilidade internacional dos artigos (conforme indexação nas bases *Web of Science* e SCOPUS). A interpretação dos dados fundamenta-se na abordagem teórica sobre políticas públicas em EA.

Desse modo, o presente estudo pretende delinear o estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, bem como contribuir com futuros trabalhos sobre o estado da arte da referida temática, além de proporcionar subsídios e indicadores aos educadores ambientais, ao poder público e à sociedade em geral para o fortalecimento de ações, controle e participação social.

Políticas Públicas

Dialogar sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental exige, inicialmente, uma contextualização do tema, a partir do campo da Ciência Política e, especifica-

mente, da área de Políticas Públicas, no qual a temática se insere.

O termo política, do grego, deriva do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), ou seja, tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, sociável e social, sendo utilizado durante séculos para designar obras votadas ao estudo da esfera de atividades humanas que se refere às coisas do Estado. Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “Ciência do Estado”, “Doutrina do Estado”, “Ciência Política”, “Filosofia Política”, etc. (BOBBIO, 1998).

MORIN (2003) evidencia que as necessidades dos indivíduos e das populações introduziram-se na competência política. A prosperidade e o bem-estar foram elevados à condição de fins políticos. Dessa forma, pode-se dizer que a política penetrou todos os poros da sociedade e ao mesmo tempo se deixou penetrar por todos os problemas da sociedade. Os problemas do viver e do sobreviver invadiram de forma generalizada a política. Desta mesma forma, o planeta enquanto tal se politiza e a política se planetariza, por exemplo, de vinte anos para cá, a ecologia tornou-se um problema político local (degradação dos ecossistemas) e também global (alteração da biosfera).

Assim, “a política deve tratar da multidimensionalidade dos problemas humanos.

Ao mesmo tempo, como o desenvolvimento se tornou um objetivo político maior e a palavra desenvolvimento significa (certamente de forma pouco consciente e mutilada) a incumbência política do dever humano, a política se incumbe, também de forma pouco consciente e mutilada, do dever dos homens no mundo. E o dever do homem no mundo traz em si o problema filosófico, doravante politizado, do sentido da vida, das finalidades humanas, do destino humano. A política, portanto, se vê de fato levada a assumir o destino e o dever do homem assim como o do planeta". (MORIN, 2003:137).

Ainda segundo o autor, a política se torna compartimentada e fragmentada, à medida que se esvazia das grandes ideias em proveito de objetivos econômicos que se tornaram prioritários, ou seja, atualmente, o econômico tem guiado e até mesmo absorvido o político. Entretanto, a política deve assumir a multidimensionalidade e a totalidade dos problemas humanos. A política multidimensional precisa permanentemente suscitar a visão do global (planetário), a concepção do fundamental (o sentido da vida, as finalidades humanas), o sentimento responsável (que só pode vir a partir da consciência de assumir problemas fundamentais e globais) (MORIN, 2003).

Sendo assim, neste contexto da multidimensionalidade dos problemas humanos que igualmente se inserem as políticas pú-

blicas como forma de assegurarem o bem-estar social. Di Giovanni (2009) constata que as políticas públicas vêm se tornando cada vez mais presentes na vida das sociedades democráticas contemporâneas e ganhando autonomia como disciplina no interior da Ciência Política.

Portanto, para melhor compreensão do campo das políticas públicas e devido à amplitude do tema, dos diferentes enfoques, contribuições e "olhares", além do fato da área ter se tornado território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, optou-se pelo estabelecimento de um conjunto de questões para compreender sua trajetória e nortear a presente investigação. Sendo assim, o estudo se orienta pelas seguintes questões: O que são políticas públicas e como se originaram? Existe política pública sem o Estado? Quais os atores envolvidos? Como são formuladas as Políticas Públicas? Qual a importância da participação social na construção de políticas, como e quando ela foi institucionalizada?

De fato, entender como se originou a área de políticas públicas permite maior compreensão da sua trajetória e desenvolvimento. HEIDEMANN (2009:25) esclarece que *"quando o mercado como força quase exclusiva de condução da economia entrou em crise, no período entre as duas guerras mundiais, os Estados e os mercados passaram a promover em conjunto o desenvolvimento das sociedades. A ação*

política dos governos, no campo da economia, chamada pelos liberais de intervenção, veio a se expressar de duas formas: (1) como ação reguladora, pela criação de leis que imprimiam direcionamentos específicos de ordem política às iniciativas econômicas; e (2) pela participação direta do Estado na economia, com função empresarial, como, por exemplo, na criação e na administração de empresas estatais. É então que aparecem as assim chamadas políticas governamentais, mais tarde melhor entendidas como políticas públicas”.

Contudo, conforme DI GIOVANNI (2009), foram os cientistas políticos norte-americanos os pioneiros nos estudos de políticas públicas, embora os estudos das intervenções do Estado tenham se difundido pelos países mais importantes do capitalismo central. Foi no pós-guerra que os estudos de políticas públicas começam a se desenvolver nos Estados Unidos, norteados pelo objetivo de fornecer subsídios para a ação dos governos.

Mesmo havendo as diferenças de enfoques e de estilos intelectuais dominantes, além da forte interferência de culturas políticas nacionais, o campo de estudo das políticas públicas apresentou uma grande expansão, ganhando progressivamente seu espaço como disciplina no interior da Ciência Política. Pode-se concluir que o conceito de políticas públicas é evolutivo, uma vez que a realidade a que se refere existe num processo constante de trans-

formações históricas nas relações entre Estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, no entanto, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas. Atualmente, existem políticas públicas que ultrapassam as fronteiras dos países, denominadas de supranacionais, como ocorre na União Europeia (DI GIOVANNI, 2009).

Estes processos de democratização das sociedades permitiram uma ampliação do alcance das políticas públicas, a fim de promoverem o bem-estar e a qualidade de vida a todos os cidadãos. Assim, a definição de políticas públicas foi agregando novos sentidos e valores, de acordo com as transformações históricas e com a contribuição de pesquisadores das diversas disciplinas.

Para SECCHI (2012:2), *“as políticas públicas (policy)³ são uma das resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e re-*

3 Para Secchi (2012), o termo política pública (*public policy*) está vinculado ao sentido da palavra “policy”, uma vez que tem relação com orientações para a decisão e ação. As políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

quer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. [...] Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado.”

Segundo a SEMA (2010:1), “políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais”.

SECCHI (2012:2) afirma que “qualquer definição de política pública é arbitrária. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, por conta da disparidade

de respostas para alguns questionamentos básicos” ou “nós conceituais” como o autor os define. Portanto, são três os nós conceituais sugeridos pelo autor: 1) As políticas públicas são elaboradas somente por atores estatais ou também podem ser elaboradas por atores não estatais? 2) Políticas públicas se referem também à omissão ou à negligência? 3) As diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas ou apenas as diretrizes estruturantes (de nível estratégico)?

Em relação ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas, alguns autores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem a abordagem multicêntrica. Partindo do primeiro nó conceitual, cujo questionamento se dá a respeito de que as políticas públicas são elaboradas somente por atores estatais ou também podem ser elaboradas por atores não estatais, o autor explica que “a abordagem estatista (*state-centered policy-making*) considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal. [...] A abordagem multicêntrica, contrariamente, considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com atores estatais, protagonistas no estabele-

cimento das políticas públicas. [...] Autores da abordagem multicêntrica atribuem o adjetivo “pública” a uma política, quando o problema que se tenta enfrentar é público. A abordagem estatista admite que atores não estatais até têm influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer e liderar um processo de política pública. Já acadêmicos da vertente multicêntrica admitem tal privilégio a atores não estatais” (SECCHI, 2012:2).

O referido autor se filia à abordagem multicêntrica, por vários motivos, são eles: *“primeiro, porque essa abordagem adota um enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja uma política pública. A interpretação do que seja um problema público e do que seja a intenção de enfrentar um problema público aflora nos atores políticos envolvidos com o tema (os policymakers⁴, os polycytakers⁵, os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral). Segundo, porque evitamos uma pré-análise de personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas. [...] Terceiro, porque entendemos que essa abordagem*

tem aplicação em um espectro amplo de fenômenos, fazendo que o instrumental analítico e conceitual da área de política pública possa ser aproveitado por mais organizações e indivíduos. Quarto, porque acreditamos que a distinção entre esfera pública e esfera privada seja mais útil que a distinção entre estatal e esfera não estatal. Estão cada vez mais evidentes as mudanças no papel do Estado moderno e o rompimento das barreiras entre esferas estatais e não estatais na solução de problemas coletivos.” (SECCHI, 2012:3).

HEIDEMANN (2009:31) também se filia à abordagem multicêntrica ao elucidar que *“a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas”*. O referido autor cita, por exemplo, entidades como associação de moradores ou ONGs que, ao realizarem um serviço público local, sem contar com o auxílio de instâncias governamentais e apenas movidas pelo senso de bem comum, também podem ser incluídas como agentes de políticas públicas.

Percebe-se, portanto, que não são somente os atores governamentais que têm a competência para operar sob as demandas da sociedade. A partir da abordagem multicêntrica, todos os atores políticos, independente de personalidade jurídica,

4 Policymakers: fazedor de política pública, ou seja, atores que protagonizam a elaboração de uma política pública. (SECCHI, 2012).

5 Polycytakers: destinatários de uma política pública, isto é, os atores para os quais a política pública foi elaborada. (SECCHI, 2012).

podem ser protagonistas na promoção de políticas públicas. Acredita-se, portanto, que *“a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo ‘pública’.”* (SECCHI, 2012:4).

Tomando este entendimento, compreende-se que uma pluralidade de atores pode protagonizar o enfrentamento dos problemas públicos, mas sem dúvida que o Estado se sobressai em relação a outros atores na promoção de políticas públicas, uma vez que, conforme SECCHI (2012), elaborar políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado; a superioridade objetiva do Estado, com relação a outros atores, se dá pelo fato deste deter o monopólio do uso da força legítima; e por fim, o Estado consegue elaborar políticas mais robustas temporalmente e espacialmente, já que controla grande parte dos recursos nacionais.

SECCHI (2012) esclarece que políticas governamentais são políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais e podem ser emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e evidência, por meio da representação abaixo, o destaque das políticas

governamentais em relação às políticas públicas, afirmando ser também as políticas governamentais⁶ as que recebem maior atenção dos estudiosos.

Em se tratando ainda dos questionamentos básicos ou dos “nós conceituais” propostos por SECCHI (2012), o autor refere-se ao fato de uma negligência ou omissão diante de um problema público ser considerada uma política pública ou não. Para o autor, *“[...] Não. Uma política pública deve resultar em uma diretriz intencional, seja ela uma lei, uma nova rotina administrativa, uma decisão judicial etc. Se um ator governamental ou não governamental decide não agir diante de um problema público, isso não constitui uma política pública. [...] Se todas as omissões ou negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, então tudo seria política pública.”* (SECCHI, 2012:4).

Percebe-se com isto que a negligência ou a omissão diante de um problema público vem sendo consideradas por alguns autores como uma política pública. HEIDEMANN (2009) cita o cientista político

6 Di Giovanni (2016) ressalta a diferença entre política pública de Estado e de governo. As políticas de Estado são aquelas que conseguem ultrapassar os períodos de um governo. Se elas são fortemente institucionalizadas em uma sociedade, não há quem as mude, nem trocando o governo. As políticas de governo são aquelas têm menor durabilidade, com institucionalização mais fraca. Portanto, a diferença entre elas é a maneira como são institucionalizadas.

Thomas R. DYE (2005) como um dos defensores desta corrente, quando ele afirma que tudo o que os governos decidem fazer ou não são políticas públicas, ou seja, ele inclui a inação como uma política, embora seja de natureza negativa. Entretanto, SECCHI (2012) defende a ideia de que se não se verifica ações diante de um problema público, referindo-se à omissão ou à negligência, então não existe política.

Por fim, para SECCHI (2012), o terceiro nó conceitual no campo da política pública seria: As diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas ou apenas as diretrizes estruturantes (de nível estratégico)?

SECCHI (2012:5) explica que *“existem posicionamentos teóricos que interpretam as políticas públicas como somente macrodiretrizes estratégicas. Nessa interpretação, exemplos de políticas públicas seriam a política nacional agrária, a política educacional, a política ambiental etc. Em nosso entendimento, o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública, pois, no limite, excluiria da análise os problemas públicos municipais, regionais, estaduais e aqueles intraorganizacionais que também se configuram como problemas públicos. Adotar o nível de operacionalização como delineador do que seja “política pública” também, no limite, restringiria as preocupações de “política pública” às grandes diretrizes, como modelo de Es-*

tado, modelo de sociedade e modelos de organização do mercado. Nosso posicionamento é de que são políticas públicas tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacionais.”

Neste sentido, existem defensores da visão de que política pública inclui apenas as diretrizes estruturantes (de nível estratégico), excluindo as diretrizes de nível intermediário e operacional. Entretanto, SECCHI (2012) apresenta outra forma de abordagem, o qual considera as ações nos níveis intermediário e operacional (da execução) também como políticas públicas. O autor conclui que *“independente do nível de análise ou de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público”*. (SECCHI, 2012:7).

SECCHI (2012:122) exemplifica como instrumentos de políticas públicas as leis, os programas, as dotações orçamentárias, a informação ao público etc, e os define como meios e mecanismos disponíveis para transformar as intenções em ações políticas. Segundo a SEMA (2010:2) *“as políticas públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: 1. Planos; 2. Programas; 3. Ações; 4. Atividades”*. Sendo assim, *“os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em*

períodos relativamente longos. Por exemplo, os planos decenais de educação tem o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas a serem alcançados pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos. Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. [...] Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação”.

Já o ciclo de políticas públicas, também conhecido como processo de elaboração de políticas públicas, é definido por SECCHI (2012:120) como *“esquema interpretativo derivado da teoria dos sistemas que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”*. O referido autor apresenta sete fases principais para o ciclo de políticas públicas, são elas: *“identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; extinção.”*

A partir de SECCHI (2012), percebe-se que as políticas públicas recebem influências de diversos atores ao longo do ciclo, mesmo sendo estabelecidas ou lideradas por um ator específico e de acordo com DI GIOVANNI (2009:23) *“os atores são todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política”*. São os atores que sensi-

bilizam a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva, que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda, que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e transformam intenções em ações. São eles que têm a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados de uma política são considerados os atores relevantes em um processo de política pública. Neste sentido, seus interesses não são estáticos, mas dinâmicos, conforme intenções e papéis que interpretam no cenário político (SECCHI, 2012).

DI GIOVANNI (2009) evidencia que as políticas públicas envolvem uma pluralidade de atores, de origens e natureza diversas e portadores de interesses específicos. Os interesses de cada um dos atores ou de grupos de atores são os objetivos práticos (implícitos ou explícitos) e que por não serem difusos, agrupa-se, para efeito de análise, em determinadas ordens, segundo as lógicas subjacentes à ação dos atores.

Torna-se igualmente oportuno compreender que no processo de formulação das Políticas Públicas, conforme SEMA (2010), a iniciativa pode se dar por meio dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos, ou ainda, pode se dar por meio da participação social que, inclusive, é assegurada por lei. SIRIQUE (2004:113)

cita como de exemplo de participação social “o voto, o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de projetos de leis, a participação na composição dos conselhos de políticas públicas, a participação na elaboração da lei orçamentária”.

A partir da promulgação da Constituição 1988, as práticas participativas na área de políticas públicas ganharam espaço e respaldo da lei. Desta forma, instituiu-se uma base legal para a formalização e operacionalização da participação social. Conforme SEMA (2010), todos os poderes públicos, em todas as esferas e níveis da administração pública, obrigaram-se a assegurar a participação popular, sendo esta, portanto, não mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população. A Lei Complementar nº. 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, igualmente fortalece a participação da sociedade. A sociedade, dessa forma, tem participado mais ativamente na formulação de políticas públicas mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional (SEMA, 2010).

Os conselhos de políticas públicas são instrumentos que promovem tanto a participação popular como o controle social das políticas e dos serviços públicos. Portanto, segundo SIRAQUE (2004), quando a formulação e a gestão das políticas públicas são partilhadas entre os conselheiros do poder público e os da sociedade,

temos participação popular; quando os conselheiros eleitos pela sociedade fiscalizam e acompanham a execução destas políticas, temos o controle social.

O referido autor destaca que “enquanto a participação popular colabora para a formação das normas jurídicas estatais, a finalidade do controle social é outra; isto é, aproveitar as regras previamente elaboradas para submeter o Estado a uma posição de submissão ao cidadão controlador de seus atos. [...] O controle social tem a finalidade de verificar se as decisões tomadas, no âmbito estatal, estão sendo executadas, conforme aquilo que foi decidido e se as atividades estatais estão sendo realizadas conforme os parâmetros estabelecidos pela Constituição e pelas normas infraconstitucionais. Assim, o controle social poderá existir no sentido de verificação do mérito (conveniência e oportunidade) de uma decisão estatal ou da sua legalidade. [Portanto], controle social é o ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. O “algo” a ser controlado é o resultado do exercício da função administrativa do Estado.” (SIRAQUE, 2004:113-116).

Ainda segundo SIRAQUE (2004), embora apresentem requisitos institucionais co-

muns, a participação popular e o controle social possuem diferenças e requisitos específicos de aplicação: “o controle social e a participação popular são irmãos siameses. Entretanto, o controle social é distinto da participação popular. A participação popular ocorre no momento da tomada de decisões, antes ou concomitante à elaboração do ato da Administração, é um poder político de elaboração de normas jurídicas. [...] A participação popular ocorre antes ou durante o processo de decisão da Administração Pública e o controle social ocorre após a concretização deste processo com o intuito de verificar se a norma jurídica foi concretizada pela Administração na forma estabelecida. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vêm se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos segmentos da sociedade em processo de participação e controle social (SEMA, 2010).

Conclui-se este capítulo, portanto, definindo política pública como um conceito abstrato, que se materializa por meio de instrumentos (meios e mecanismos) variados, que podem ser utilizados para que as intenções, orientações e diretrizes sejam transformadas em ações. O autor exemplifica como instrumentos de políticas públicas as leis, os programas, as dotações orçamentárias, a informação ao público, etc. Além disso, a política pública pode ser composta por outras políticas públicas que

a operacionalizam, podendo tomar forma de programas públicos, projetos, leis, subsídios governamentais, inovações tecnológicas e organizacionais, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, entre outros (SECCHI, 2012).

Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil

Dialogar sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental exigiu, portanto, uma contextualização do tema, a partir do campo da Ciência Política e, especificamente, da área de Políticas Públicas, no qual a temática se insere. A partir daí, aborda-se nesta seção um pouco do contexto das Políticas Públicas em EA no Brasil.

Para tal, torna-se igualmente importante compreender o percurso de institucionalização da Educação Ambiental na gestão ambiental pública federal brasileira, a fim de auxiliar no entendimento do contexto em que as políticas públicas em EA foram promovidas. LOUREIRO e SAISSE (2012:1) esclarecem que “a Educação Ambiental teve sua institucionalização no Brasil fomentada por acordos internacionais”.

Sendo assim, vale esclarecer que a vinculação entre ambiente e educação teria sido discutida pela primeira vez em 1972, na Conferência das Nações Unidas so-

bre o Ambiente Humano (Estocolmo), o que deu início a uma discussão de caráter mundial, colocando a EA no status de assunto oficial para a ONU e projetando-a mundialmente. Esta projeção repercutiu em outros eventos internacionais como a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi, 1977), onde foram definidas as diretrizes para a Educação Ambiental.

Dentre as recomendações das diretrizes de Tbilisi, foi sugerido aos Estados-membros da ONU a implantação de políticas públicas para consolidar e universalizar a Educação Ambiental, as quais foram consensualmente adotadas pelos países participantes desta Conferência (LOUREIRO; SAISSE, 2012). Entretanto, embora o Brasil não tenha participado da Conferência de Tbilisi, pelo menos em caráter oficial, as diretrizes propostas em Tbilisi foram consensualmente adotadas pelo Brasil e permanecem válidas como “ideias-força”, como aspectos a serem consolidados na abordagem emancipatória e como pontos de identidade internacional para os educadores ambientais (LOUREIRO, 2012b).

A partir destes relatos, pode-se considerar este período como um marco para o campo de estudos das Políticas Públicas brasileiras em EA. TAMAIO (2007:56-57) vem a confirmar esta declaração, quando esclarece que “as ações e a construção da Política Pública de EA do Estado brasileiro remontam ao ano de 1973, com a criação

da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e a respectiva Divisão de Comunicação e Educação Ambiental, embrião do que viria ser a Diretoria de Educação Ambiental⁷ do MMA, um dos órgãos responsáveis pela implementação da política pública de EA.”

Contudo, TAMAIO (2007) explica que as ações de EA do governo federal eram pouco estruturadas como política pública até 1992, uma vez que se constituíam apenas como cursos, publicações e protocolos de intenção entre a SEMA e o MEC. Todavia, a partir daquele ano, com as repercussões e os desdobramentos da Conferência Rio-92 o governo federal passou a preocupar-se mais com a elaboração de ações voltadas à política pública de EA.

TAMAIO (2007:57) cita que “CZAPSKI (1998), ao desenvolver um estudo sobre a implantação da EA no Brasil, menciona que, segundo Regina Gualda, que exercia a chefia da Divisão de Comunicação e Educação Ambiental, em 1973, a EA era entendida pela equipe da SEMA como ‘um instrumento para levar os diversos atores da sociedade ao entendimento e à percepção de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza’ (CZAPSKI, 1998:37).”

7 Atual Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Dando continuidade ao movimento de institucionalização da Educação Ambiental no país iniciado nos anos 1990, em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Desde sua regulamentação, em 2002, passou a ser coordenada pelo MMA e pelo MEC, na figura de Órgão Gestor. O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), composto pelo MMA e pelo MEC, foi criado a partir da Lei nº 9.795/99 e instituído em 2003. Além da importante tarefa de coordenar tal política, o Órgão Gestor cria instrumentos públicos que, coerentes com princípios, objetivos e práticas instituídos pela lei, constroem os caminhos para a consolidação da EA no país e possui três âmbitos de atribuições: definir diretrizes de implementação em âmbito nacional; articular e coordenar planos, programas e projetos nacionais em EA; participar na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de EA (BRASIL, 2014).

Cabe ao Departamento de Educação Ambiental (DEA) coordenar as ações educativas que se desenvolvem através de práticas sociais não escolares (BRASIL, 2008). Segundo TAMAIO (2007), o DEA foi instituído pelo MMA neste mesmo período, com a missão de desenvolver ações de política pública nacionais, embasadas nas diretrizes definidas pela PNEA. Suas ações se desenvolveram na esfera da formulação e da gestão de políticas públicas por meio de articulações e fortalecimen-

tos de instâncias e fóruns representativos da sociedade. Este estilo de política repercutiu em um conjunto de programas, projetos e ações, tais como: - Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil; Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA); Programa de Formação Continuada de Professores e Alunos; Programa de Formação de Líderes Sindicais como Educadores Ambientais; Programa Vamos Cuidar do São Francisco; Programa Municípios Educadores Sustentáveis; Programa de Comunicação Socioambiental; Programa Vamos Cuidar do Brasil: Bioma Cerrado; Programa Juventude e Meio Ambiente; Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA); Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária; Projeto Sala Verde; Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento: piloto Piauí, Alagoas e Paraíba; Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA); Projeto “O que pensam as escolas que fazem educação ambiental”; Projeto “Mapeamento da educação ambiental no ensino superior”; Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vidas); Coletivos Educadores; Viveiros Educadores (ÓRGÃO GESTOR DA PNEA, 2006).

Estado do conhecimento

Para ROMANOWSKI e ENS (2006:40), os estudos de ‘estado de conhecimento’ diferem-se dos de “estado da arte”, uma vez que *“Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada ‘estado da arte’, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um ‘estado da arte’ sobre ‘Formação de Professores no Brasil’ não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, [...] em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’.”*

Sendo assim, entende-se no presente estudo que, conforme FERREIRA (2002), as pesquisas conhecidas pela denominação “estado do conhecimento” trazem o desafio de mapear e igualmente o de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, a fim de tentar responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacadas e privilegiadas em diferentes épocas e lugares, bem como de que formas e em que condições elas são produzidas. Além disso, se destacam por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o

tema que se investiga, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Pesquisas, como o “estado do conhecimento” e o “estado da arte”, segundo ROMANOWSKI e ENS (2006:39), *“podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de*

formação de professores. Esses trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas.”

Neste contexto, a pesquisa que se apresenta pretende contribuir para o delineamento do estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, a partir dos artigos de periódicos científicos brasileiros indexados na base SciELO, na tentativa de resgatar o que tem sido produzido sobre o tema nos principais periódicos brasileiros, assim como mapear e identificar o processo dialógico destas produções científicas ao longo dos últimos anos.

Análise de conteúdo

Conforme BARDIN (2011), a análise de conteúdo pode ser considerada como um único instrumento, entretanto, marcada por uma grande disparidade de formas e pode ser adaptável a um campo de aplicação muito vasto. Qualquer comunicação, ou seja, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor pode ser submetido a uma análise de conteúdo. O analista de conteúdo tem a sua disposição um conjunto de operações analíticas, de modo a enriquecer seus resultados ou até mesmo aumentar sua validade, aspirando a uma interpretação final fundamentada. A análise objetiva procura fundamentar im-

pressões e juízos intuitivos, por meio de operações que conduzam o analista a resultados confiáveis.

Portanto, a análise de conteúdo pode ser definida como “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.*” (BARDIN, 2011:48). Já a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção, ou seja, com base nas categorias estabelecidas, o pesquisador procura extrair uma consequência (inferir), deduzir de maneira lógica conhecimentos sobre o contexto em que uma mensagem foi emitida (BARDIN, 2011).

No processo de Análise de Conteúdo existem algumas fases, seja seguindo uma abordagem quantitativa ou qualitativa, conforme proposto por BARDIN (2011). Estas fases organizam-se por meio de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A fase da pré-análise tem como objetivo a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores

para a interpretação das informações coletadas, a fim de fundamentarem a interpretação final. A pré-análise tem por objetivo a organização, por meio de atividades não estruturadas, ou seja, abertas (BARDIN, 2011).

Segundo BARDIN (2011), as atividades da pré-análise são: a) Leitura flutuante: estabelecer contato com os documentos coletados para análise, isto é, o momento de conhecimento dos textos; b) Escolha dos documentos: consiste na definição do corpus de análise, ou seja, escolha do conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos, constituindo-se nas escolhas, seleções e regras; c) Formulação das hipóteses e dos objetivos: a hipótese formulada leva posteriormente a confirmação ou não do que se propôs verificar, recorrendo aos procedimentos de análise, ou seja, suposição que se origina da intuição e que permanece em suspenso até sua comprovação por meio de dados seguramente coletados. Já o objetivo, torna-se a finalidade da proposta, no qual os resultados obtidos serão utilizados; d) Referenciação dos índices (conteúdos) e a elaboração de indicadores: os textos são manifestações que contém índices (conteúdos) que a análise explicitará. Inicialmente, se faz a escolha destes índices (conforme hipóteses, caso elas estejam determinadas, já que não são obrigatórias), e após sua organização sistêmica em indicadores; e) Preparação do material: preparação formal ou edição

dos textos (padronização, alinhamento, classificação, tratamento tecnológico, entre outros). Desde a pré-análise devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados.

A fase da exploração do material é considerada uma fase longa e fastidiosa, consiste, essencialmente, em operações de codificação, decomposição ou enumeração, conforme regras previamente formuladas. Para BARDIN (2011), ao tratarmos o material, estamos codificando-o, ou seja, transformando os dados brutos do texto em uma representação do conteúdo ou da sua expressão. Esta transformação (organização da codificação) compreende três tipos de escolhas: a) o recorte: onde se dá a escolha das unidades de registro e de contexto; b) a enumeração: onde se dá as escolhas das regras de contagem; c) a classificação e a agregação: onde se dá a escolha das categorias. As categorias são classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico. Este agrupamento se dá em razão das características comuns destes elementos. A categorização não é uma etapa obrigatória, entretanto, a maioria dos procedimentos de análise de conteúdo organiza-se em torno de um processo de categorização (BARDIN, 2011).

“A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. [...] Geralmente as categorias terminais provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca.” (BARDIN, 2011:148-149). Os critérios de categorização podem ser: semântico (categorias temáticas); sintático (verbos, adjetivos); léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, emparelhando sinônimos e sentidos próximos); expressivo (por exemplo, categorias que classificam os problemas de linguagem) (BARDIN, 2011).

Na fase do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação o analista trata os resultados brutos, a fim de torná-los significativos e válidos. Nesta fase podem ser utilizadas operações estatísticas, porcentagens, quadros de resultados, diagramas, figuras, modelos, entre outros, os quais condensam e destacam as informações obtidas, após a análise dos resultados. A partir dos resultados significativos encontrados, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações, de acordo com seus objetivos previstos, ou inclusive, em relação a outras descobertas inesperadas.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa foi a Análise de Conteúdo, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental, indicadores qualitativos e quantitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção nesta área.

A seguir, pretende-se apresentar a aplicação deste método de operações analíticas, de modo a enriquecer os resultados e aumentar a sua validade, aspirando a uma interpretação final fundamentada e uma análise objetiva, uma vez que a técnica auxilia na fundamentação das impressões e juízos intuitivos, por meio de operações que conduzem a resultados confiáveis. Além disso, será apresentada igualmente a metodologia desenvolvida para a realização da busca na base da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Aplicação da análise de conteúdo

No processo de Análise de Conteúdo existem algumas fases, que organizam-se por meio de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A pré-análise constituiu-se na fase de organização do conteúdo, a fim de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Portanto, nesta fase são escolhidos os documentos a serem analisados e são formuladas as hipóteses, os objetivos e os indicadores que fundamentem a interpretação final.

Sendo assim, a opção pela base de periódicos brasileiros da SciELO para a escolha dos documentos a serem analisados se deu por ser esta uma renomada biblioteca eletrônica que indexa uma das maiores coleções selecionada de periódicos científicos brasileiros de acesso aberto, nas mais diversas áreas do conhecimento e tendo em vista a representatividade desta base para a pesquisa científica do país.

Após esta escolha, partiu-se para o estudo do mecanismo de buscas oferecido pela base de periódicos da SciELO, a fim de traçar uma metodologia que não deixasse de fora nenhum artigo que pudesse abordar de alguma forma o tema. Vale ressaltar que tal mecanismo de busca apresentou algumas diversidades identificadas no estudo inicial. Dessa forma, a metodologia de buscas desenvolvida teve que ser criteriosa e exaustiva. Os detalhes da metodologia utilizada nesta etapa de buscas serão descritos na próxima seção denominada Metodologia de busca na base da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Utilizou-se a regra da exaustividade de BARDIN (2011) para definir o campo do

corpus da pesquisa, sendo considerados como válidos todos os artigos que apareceram nos resultados das buscas.

A pesquisa de recuperação dos artigos foi realizada nos dias 25 e 26 de agosto de 2016. A busca foi realizada na base de periódicos brasileiros da SciELO, atualmente com 354 periódicos, e em todas as suas opções de pesquisas: periódicos (lista alfabética, assunto, pesquisa) e artigos (autor, assunto, pesquisa) nas opções formulário livre e avançado.

De posse de uma planilha final, cujo total recuperado, conforme estratégias de buscas, foi de 139 artigos, passou-se para a primeira etapa da pré-análise, denominada de “leitura flutuante”. Sendo assim, foi estabelecido o primeiro contato com os documentos a serem analisados, deixando-se invadir por impressões e orientações e pelas teorias estudadas, ou seja, tais leituras serviram de preparo para se chegar à próxima etapa.

A etapa posterior foi a da escolha dos documentos. Sendo assim, após a “leitura flutuante” e uma análise geral dos textos, pouco a pouco a leitura foi se tornando mais precisa e foram identificados e cortados os artigos que se repetiam, devido ao processo de busca exaustiva, bem como os artigos que já foram identificados como não fazendo parte da temática. Desta forma, posteriormente a “leitura flutuante”, com o universo demarcado, ou seja,

o gênero de documentos sobre os quais será efetuada a análise atingiu-se o que BARDIN (2011) chama de “campo do corpus”, ou seja, o conjunto de documentos a serem levados em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Inicialmente, foram selecionados 55 artigos com grande potencial de se tratarem de estudos no campo das Políticas Públicas em Educação Ambiental.

A hipótese formulada que embasou o estudo foi: a produção científica sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental apresenta um número reduzido de publicações em periódicos brasileiros indexados na base SciELO, o que torna cada vez mais importante o desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas em razão do tema, a fim de proporcionar subsídios aos educadores ambientais, ao poder público e à sociedade em geral para o fortalecimento de ações, controle e participação social.

O objetivo do estudo foi identificar a produção científica brasileira acerca da temática “Políticas Públicas em Educação Ambiental” em 354 periódicos científicos brasileiros de acesso aberto que compõem atualmente a base brasileira de periódicos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e destacar os dados dos periódicos que publicaram os referidos artigos; os autores que mais publicaram artigos na área e seus vínculos institucionais; anos de maiores publicações sobre

o tema; as matrizes conceituais e metodológicas utilizadas; as políticas públicas, diretrizes, ações, estratégias, projetos e programas de EA citados e a visibilidade internacional dos artigos, conforme indexação nas bases *Web of Science* e SCOPUS.

A referência dos índices (conteúdos) e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final constituem a última etapa da pré-análise. Em algumas categorias, foi necessária a utilização de indicador correspondente à presença ou ausência de elementos previamente estabelecidos, como por exemplo, para posteriormente indicar as políticas públicas, diretrizes, ações, estratégias, projetos e programas de EA citados e a visibilidade internacional dos artigos, conforme indexação nas bases *Web of Science* e SCOPUS. Outro indicador utilizado foi a frequência do dado, relativo a outros, para posteriormente indicar os autores que mais publicaram artigos na área e os anos de maiores publicações sobre o tema.

Na fase de exploração do material, os dados brutos dos textos foram transformados em uma representação do conteúdo ou da sua expressão. A fim de descrever as características pertinentes ao conteúdo dos artigos, foi realizada a organização da codificação, que compreendeu o recorte, o qual contou com a criação de tabelas no *Excel* com os dados brutos retirados dos artigos. Os recortes dos textos foram or-

ganizados em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados.

A regra de enumeração utilizada, ou seja, o modo de contagem em relação às políticas públicas, diretrizes, ações, estratégias, projetos e programas de EA citados foi, além da presença ou ausência de elementos previamente estabelecidos, igualmente foi definida uma lista deles, a fim de verificar a presença em todos os artigos. A lista criada partiu da teoria estudada sobre o tema, previamente definida no referencial teórico. Entretanto, no momento da “leitura flutuante”, estes dados já foram previamente destacados, quando apareciam nos documentos.

Por fim, na etapa de classificação/agregação foram escolhidas as categorias, considerando as que identificassem, em cada texto e no conjunto deles, os aspectos pelos quais o fenômeno seria analisado. Para a escolha das categorias foram realizadas as etapas do inventário e da classificação. No inventário, os elementos foram isolados e após, foram classificados e produziu-se um sistema de categorias, por meio da investigação do que cada elemento tinha em comum com outros, fornecendo por condensação, uma representação dos dados brutos.

Portanto, um conjunto de oito categorias serviu de base à análise, são elas: dados

de publicação do artigo (ano, volume, número, páginas); autoria do artigo (nome, filiação e currículo indicado no artigo); temática do artigo (título, resumo, palavras-chave); matriz conceitual do artigo; matriz metodológica do artigo; dados do periódico que publicou o artigo (título, região, Qualis Capes, instituição editora, ISSN, bases de dados em que o periódico está indexado); Políticas Públicas e Documentos de EA (políticas públicas, diretrizes, ações, estratégias, projetos e programas citados); visibilidade internacional do artigo (consta ou não nas bases *Web of Science* e SCOPUS).

Na fase do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação, os resultados brutos foram tratados, a fim de tornarem-se significativos e válidos. A partir dos resultados significativos encontrados, foram feitas inferências (deduções lógicas e extração de consequências) e interpretações (momento em que, a partir dos dados coletados, se expressou os elementos necessários para a elucidação do objeto de estudo e das hipóteses), de acordo com os objetivos propostos pela Análise de Conteúdo. Nesta etapa foram utilizadas operações estatísticas, quadros de resultados e diagramas, os quais condensaram e destacaram as informações obtidas, após a análise dos resultados. Foram identificados, portanto, apenas 17 artigos referentes à temática de Políticas Públicas em Educação Ambiental.

Sendo assim, após a descrição da aplicação da técnica da análise de conteúdo, serão apresentados os resultados desta aplicação na seção de análise e interpretação. A seguir, será detalhada a metodologia de busca utilizada na base da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Metodologia de busca na base da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)

Esta pesquisa elegeu a base de periódicos brasileiros de acesso aberto da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) pelo padrão de qualidade dos artigos publicados, garantido pelos rigorosos critérios enquanto base indexadora, e por ser, uma das maiores provedoras de periódicos indexados pelo Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (*Directory of Open Access Journals-DOAJ*).

Sendo assim, a pesquisa realizada na base de periódicos brasileiros de acesso aberto da SciELO ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2016. A base neste período estava composta por 354 periódicos científicos brasileiros de acesso aberto. A interface desta base proporciona acesso à sua coleção de periódicos através de uma lista alfabética de títulos, ou por meio de uma lista de assuntos, bem como através de um módulo de pesquisa de títulos dos periódicos, por assunto, pelos nomes das instituições publicadoras e pelo local de

publicação. Igualmente, propicia acesso aos textos completos dos artigos através de um índice de autor e um índice de assuntos, ou por meio de um formulário de pesquisa de artigos, que permite a busca pelos elementos que o compõem, tais como: autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e ano de publicação.

A fim de executar uma pesquisa exaustiva e criteriosa na base, tomou-se o cuidado necessário de se realizar buscas tanto pelas expressões no plural quanto no singular, bem como ligadas pelas diferentes preposições (“de” e “em”), uma vez que os resultados recuperados mostraram-se diferentes. Sendo assim, as palavras-chave utilizadas nas diferentes opções de buscas da base SciELO foram: política pública em educação ambiental (no singular e no plural); política pública de educação ambiental (no singular e no plural); política pública (no singular e no plural) na primeira opção de busca e educação ambiental na segunda opção de busca; política and pública and de and educação and ambiental (no singular e no plural); política and pública and em and educação and ambiental (no singular e no plural).

Ao todo, foram recuperados 139 artigos referentes à temática Políticas Públicas em Educação Ambiental, conforme as possíveis estratégias de buscas apresentadas acima. Todavia, a metodologia de buscas adotada foi criteriosa, porém exaustiva, a fim de não deixar de fora nenhum artigo

que pudesse abordar o tema. Isso fez com que algumas buscas apresentassem os mesmos artigos nos resultados, porém, inicialmente, não se descartou nenhum deles. Todos os resultados foram sendo colocados em uma planilha no Excel e por fim foi realizada a exclusão dos artigos repetidos.

Portanto, após a exclusão dos artigos repetidos, obteve-se uma planilha com 55 artigos. Estes artigos que apresentaram grande potencial foram considerados como o “campo do corpus” da pesquisa. Posteriormente, foram submetidos aos procedimentos analíticos da análise de conteúdo, a fim de se investigar se tratavam-se ou não de estudos no campo das Políticas Públicas em Educação Ambiental.

Coleta de dados

Uma vez escolhida a análise de conteúdo como sendo o método para responder aos objetivos desta pesquisa, tornou-se necessário constituir e organizar os dados a serem coletados. Sendo assim, a coleta de dados foi realizada na base de periódicos brasileiros da Scientific Electronic Library Online (SciELO)⁸, sendo explora-

8 A base de periódicos brasileiros da Scientific Electronic Library Online (SciELO) encontra-se disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>.

da no mês de agosto de 2016, por meio dos seus variados recursos de pesquisa, a fim de, inicialmente, recuperar os artigos publicados referentes à temática Políticas Públicas em Educação Ambiental. A opção pela base de periódicos da SciELO se deu por ser esta uma renomada biblioteca eletrônica que indexa uma coleção selecionada de, no período da pesquisa, 354 periódicos científicos brasileiros de acesso aberto, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Em relação ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa exploratória. Quanto à abordagem, optou-se pela qualitativa, não obstante, em determinado momento, o diálogo com as fontes indicou a produção de dados estatísticos e quantitativos, a fim de amparar um determinado argumento e/ou explicação, sem que isso signifique a descaracterização pela linha qualitativa. O procedimento técnico utilizado na coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica.

Análise e interpretação dos resultados

A metodologia da análise de conteúdo tornou-se o ponto de partida para a definição de quais dados deveriam ser coletados no presente estudo, dentro do contexto dos objetivos da pesquisa e da fundamentação teórica. Assim sendo, adota-se a análise

qualitativa de dados como possibilidade interpretativa para além das inferências estatísticas. Conforme BARDIN (2011:144), “a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem qualitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição.”

Contribuir para o delineamento do estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, na tentativa de resgatar o que tem sido produzido sobre o tema nos principais periódicos brasileiros, permite igualmente mapear e identificar o processo dialógico destas produções científicas ao longo dos últimos anos. Deste modo, o estudo procurou apresentar seus resultados, a partir da identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica na área de Políticas Públicas em Educação Ambiental nos principais periódicos brasileiros, congregando dados diversificados, relacionados não apenas aos pesquisadores que os produziram, mas igualmente ao conteúdo publicado, as metodologias utilizadas, bem como os principais dados referentes aos periódicos que os publicaram e às instituições aos quais estes estão filiados.

Apresentam-se, portanto, nesta seção a análise e interpretação dos resultados

obtidos com a aplicação da análise de conteúdo. Além da análise qualitativa a ser realizada, foram utilizadas operações estatísticas, quadros de resultados e diagramas, os quais condensaram e destacaram as informações obtidas, após a análise dos resultados.

A partir da lista inicial de 55 artigos potenciais sobre o tema, foram identificados após análise de conteúdo apenas 17 artigos publicados na base de periódicos brasileiros da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) referentes à temática de Políticas Públicas em Educação Ambiental. No quadro 1 são apresentados tais artigos e os dados referentes aos periódicos que os publicaram.

Em relação aos periódicos responsáveis pela publicação dos artigos referidos, a Faculdade de Educação (FEUSP) da Universidade de São Paulo é a instituição editora do periódico “Educação e Pesquisa (Educ. Pesqui.)”, o qual liderou a publicação de artigos sobre Políticas Públicas em EA na SciELO nesta pesquisa, com um total de três artigos publicados. Em relação às regiões dos periódicos que publicaram tais artigos, 14 periódicos são da Região Sudeste e 3 da Região Sul. Constata-se que não há periódicos das demais Regiões do país. Estes dados evidenciam que os periódicos da região sudeste lideraram as publicações sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental na base SciELO, até o presente momento. Ainda em relação

Artigos publicados	Título do periódico	Região do periódico	ISSN	Instituição responsável pelo periódico	Qualis do periódico
CASTELLANO GUNTZEL, Maria; SORRENTINO, Marcos. Participação em políticas públicas para conservação de matas ciliares no Estado de São Paulo. <i>Ambient. soc.</i> , v. 15, n. 1, p. 53-69, abr. 2012.	Ambiente & Sociedade (Ambient. soc.)	Sudeste (São Paulo - SP)	1414-753X	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente & Sociedade (ANPPAS).	A2 Ciências Ambient. B1 Educação
VASCONCELLOS, Hedy Silva Ramos de; SPAZZIANI, Maria de Lourdes; GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. Espaços educativos impulsionadores da educação ambiental. <i>Cad. CEDES</i> , v. 29, n. 77, p. 29-47, abr. 2009.	Cadernos Cedes (Cad. CEDES)	Sudeste (Campinas - SP)	0101-3262	Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) da Unicamp	A1 Educação
ANDRADE, Daniel Fonseca de; LUCÁ, Andrea Quirino de; GUNTZEL, Maria Castellano; RISSATO, Cintia; SORRENTINO, Marcos. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. <i>Ciênc. educ.</i> (Bauru), v. 20, n. 4, p. 817-832, dez. 2014.	Ciência & Educação (2 artigos) (Ciênc. educ.)	Sudeste (Bauru - São Paulo)	1516-7313	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, campus de Bauru.	A2 Educação B5 Ciências Ambient.A1 Ensino
FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; SORRENTINO, Marcos. Imaginário político e colonialidade: desafios à avaliação qualitativa das políticas públicas de educação ambiental. <i>Ciênc. educ.</i> (Bauru), v. 17, n. 2, p. 339-352, 2011.					
MOISÉS, Márcia; KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; MONTEIRO, Sandra Conceição Ferreira. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> , v. 15, n. 5, p. 2581-2591, ago 2010.	Ciência & Saúde de Coletiva (Ciênc. saúde coletiva)	Sudeste (Rio de Janeiro)	1413-8123 versão impressa 1678-4561 v. online	Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).	A2 Ensino
JUSTEN, Liana Márcia. Trajetórias de um grupo interinstitucional em um programa de formação de educadores ambientais no estado do Paraná (1997-2002). <i>Educ. rev.</i> , n. 27, p. 129-145, jun. 2006.	Educar em Revista (Educ. rev.)	Sul (Curitiba - PR)	0104-4060	Sector de Educação da Universidade Federal do Paraná.	B3 Ciências Ambient. A1 Educação A2 Ensino

Artigos publicados	Título do periódico	Região do periódico	ISSN	Instituição responsável pelo periódico	Qualis do periódico
SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRO JÚNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. Educ. Pesqui., v. 31, n. 2, p. 285-299, ago. 2005. LAMOSA, Rodrigo de Azevedo C.; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A. Educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). Educ. Pesqui., v. 37, n. 2, p. 279-292, ago. 2011. GUANABARA, Rachel; GAMA, Thais; EIGENHEER, Emílio Maciel. Contribuições para a construção de uma matriz para avaliação de projetos de educação ambiental. Educ. Pesqui., v. 35, n. 2, p. 399-411, ago. 2009.	Educação e Pesquisa (3 artigos) (Educ. Pesqui.)	Sudeste (São Paulo - SP)	1517-9702	Faculdade de Educação FEUSP da Universidade de São Paulo	A1 Educação
KAPLAN, Leonardo; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Análise crítica do discurso do programa nacional de formação de educadoras(es) ambientais - ProFEA; pela não desescolarização da educação ambiental. Educ. rev., v. 27, n. 2, p. 177-196, ago. 2011. VALENTI, Mayla Willik; OLIVEIRA, Haydée Torres de; DODONOV, Pavel; SILVA, Maura Machado. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. Educ. rev., v. 28, n. 1, p. 267-288, mar. 2012.	Educação em Revista (2 artigos) (Educ. rev.)	Sudeste (Belo Horizonte -MG)	0102-4698	Programa de Pós graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	B1 Ciências Ambient. A1 Educação A2 Ensino
PINHEIRO, Leandro Rogério; AMARAL, Márcio de Freitas do; LISBOA, Cassiano Pamplona; CARGNIN, Tiago de Mello. Sujeitos, políticas e educação ambiental na gestão de resíduos sólidos. Educ. Real., v. 39, n. 2, p. 535-556, jun. 2014. LUCA, Andréa Quirino de; ANDRADE, Daniel Fonseca de; SORRENTINO, Marcos. O diálogo como objeto de pesquisa na educação ambiental. Educ. Real., v. 37, n. 2, p. 589-606, ago. 2012.	Educação & Realidade (2 artigos) (Educ. Real.)	Sul (Porto Alegre - RS)	0100-3143 versão impressa 2175-6236 versão on-line	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Educação	A1 Educação A2 Ensino
ANDRADE, Daniel Fonseca de; LUCA, Andréa Quirino de; SORRENTINO, Marcos. O diálogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil. Educ. Soc., v. 33, n. 119, p. 613-630, jun. 2012.	Educação & Sociedade (Educ. Soc.)	Sudeste (Campinas - SP)	0101-7330	Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) da Unicamp.	B1 Ciênc. Ambient. A1 Educação

Artigos publicados		Título do periódico	Região do periódico	ISSN	Instituição responsável pelo periódico	Qualis do periódico
NOVICKI, Victor; SOUZA, Donaldo Bello de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. <i>Ensaio: aval. públ. Educ.</i> , v. 18, n. 69, p. 711-736, dez. 2010.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (Ensaio: aval. públ. Educ.)	Sudeste (Rio de Janeiro)	0104-4036	Fundação CESGRANRIO	A1 Educação A1 Ensino	
JACOBI, Pedro Roberto; GUERRA, Antonio Fernando S.; SULAIMAN, Samia Nascimento. NEPOMUCENO, Tiago. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. <i>Rev. Bras. Educ.</i> , v. 16, n. 46, p. 135-148, abr. 2011.	Revista Brasileira de Educação (Rev. Bras. Educ.)	Sudeste (Rio de Janeiro)	1413-2478	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).	A1 Educação	
MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira; GARCIA VELASCO, Fermin de La Caridad; AMIM, Valéria. O encontro da política nacional da educação ambiental com a política nacional do idoso. <i>Saúde soc.</i> , v. 15, n. 3, p. 162-169, dez. 2006.	Saúde e Sociedade (Saúde soc.)	Sudeste (São Paulo - SP)	0104-1290	Associação Paulista de Saúde Pública.	A2 Ciências Ambient. B3 Educação B1 Ensino	

Quadro 1: Artigos publicados na SciELO sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental e dados dos periódicos de publicação.

Fonte: produzido pelos autores.

aos referidos periódicos, percebe-se que a maioria dos que publicaram os artigos sobre Políticas Públicas em EA encontram-se indexados em importantes bases de dados. As bases de dados indexadoras de periódicos apresentam exigentes critérios de avaliação, sendo assim, estar indexado em bases de dados relevantes torna-se um indicador da qualidade do periódico. Os dados referentes às bases de dados em que os periódicos estão indexados foram coletados no site dos próprios periódicos e na indicação do periódico pela SciELO.

A fim de identificar o Qualis⁹ dos periódicos que publicaram artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental, foi realizada uma pesquisa na Plataforma Capes. O mesmo periódico pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas, podendo receber diferentes avaliações, conforme o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Neste caso, foram selecionadas as classificações referentes a três áreas - Ciências Ambientais,

9 A Capes utiliza um conjunto de procedimentos para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado no aplicativo Coleta de Dados, preenchido pelos programas de pós-graduação. A partir de 2014, a CAPES instituiu a plataforma Sucupira. A avaliação é realizada pelas áreas de conhecimento. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos de publicação científica utilizados pelos pesquisadores dos programas de pós-graduação. Existe, portanto, avaliação de periódicos, livros e coletâneas e, secundariamente, de eventos (CAPES, 2013).

Educação e Ensino. Entretanto, nem todos os periódicos possuem classificações nestas três áreas.

Na área de Ciências Ambientais, apenas seis periódicos que publicaram artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental possuem Qualis, sendo dois periódicos com avaliação A2, dois periódicos com avaliação B1, um periódico com avaliação B3 e um periódico com avaliação B5. Na área de Educação, onze periódicos possuem Qualis, sendo oito periódicos com avaliação A1, um periódico com avaliação A2, um periódico com avaliação B1 e um periódico com avaliação B3. Já na área de Ensino, sete periódicos possuem Qualis, sendo dois periódicos com avaliação A1, quatro periódicos com avaliação A2 e um periódico com avaliação B1.

Portanto, na área de Educação, dos 11 periódicos que apresentaram Qualis, oito deles receberam extrato indicativo de qualidade A1, o mais elevado, isso indica que a maioria dos artigos de Políticas Públicas em EA foram publicados em periódicos de ótima qualidade na área de Educação, segundo avaliação do Qualis Capes. Já na área de Ensino, apenas sete periódicos apresentaram Qualis, entretanto, a maioria recebeu Qualis A2, indicando igualmente uma boa avaliação dos periódicos. Na área das Ciências Ambientais, somente seis periódicos apresentaram Qualis, entretanto, a maioria recebeu Qualis A2 e B1, podendo ser considerados extratos

indicativos de boa qualidade. Conclui-se que a maioria dos periódicos que publicaram artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental possuem extratos indicativos de boa qualidade nas áreas de Educação, Ensino e Ciências Ambientais do Qualis Capes.

Em relação ao período de publicação dos artigos, o ano de 2005 apresenta-se como o primeiro ano de publicação de um artigo referente ao tema de Políticas Públicas em EA na base de periódicos brasileiros da SciELO. Os anos de maiores publicações foram: 2011 e 2012, com quatro artigos publicados em cada ano. Portanto, percebe-se por meio desta análise que anteriormente ao ano de 2005 não foi publicado artigo algum sobre o tema de Políticas Públicas em Educação Ambiental na base de periódicos brasileiros da SciELO, o que indica ser um tema recente no que tange à publicações em periódicos. Portanto, percebe-se por meio desta análise que anteriormente ao ano de 2005 não foi publicado artigo algum sobre o tema de Políticas Públicas em Educação Ambiental na base de periódicos brasileiros da base SciELO, que completa quase 20 anos, o que indica ser um tema recente, no que tange à publicações em periódicos indexados pela base.

A visibilidade internacional dos 17 artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental recuperados na base de periódicos brasileiros SciELO foi constatada

por meio da pesquisa destes artigos nas bases Web of Science e SCOPUS. Tal pesquisa só foi possível, por meio de login no Portal de Periódicos Capes, uma vez que estas bases não possuem acesso aberto. A pesquisa na base Web of Science foi realizada por meio da opção “Principal Coleção do Web of Science” e, após, foi selecionada a opção “Todos as bases de dados”. A opção “Principal Coleção do Web of Science” abrange a literatura acadêmica nas áreas de ciências, ciências sociais, artes, humanidades, e examina anais de conferências internacionais, simpósios, seminários, colóquios, oficinas e convenções, do ano de 1945 até o presente. Já a opção “Todos as bases de dados”, permite pesquisar em todos os produtos oferecidos pela base, simultaneamente, usando um conjunto comum de campos de pesquisa, obtendo-se resultados mais abrangentes. Sendo assim, conforme figura abaixo, todos os 17 artigos encontram-se disponíveis na base *Web of Science* e 8 deles na base SCOPUS.

Outro elemento importante analisado refere-se à autoria destes 17 artigos. O autor que publicou maior número de artigos foi Marcos Sorrentino, com seis artigos publicados. Seguido dele encontram-se Daniel Fonseca de Andrade e Andrea Quirino de Luca, totalizando três artigos cada, e posteriormente, Luiz Antonio Ferraro Júnior, Antonio Fernando Silveira Guerra, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Maria Castellano Guntzel, com dois artigos publica-

dos. Os demais autores publicaram apenas um artigo na área.

Dos 39 autores citados que publicaram artigos sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental, oito deles estão vinculados à USP (sendo que cinco deles são membros do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA), vinculado ao Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), campus USP de Piracicaba, outros dois são membros do Laboratório de Educação e Ambiente (TEIA-USP), vinculado à Faculdade de Educação (FEUSP) e um dos autores apenas informou no currículo que é professor da USP). Dos demais autores, três pertencem à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (sendo dois deles membros do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LIEAS/FE/UFRJ) e um autor apenas informou no currículo que é professor da UFRJ). Dois autores são professores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - Ilhéus, BA) e os outros dois são professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - Porto Alegre, RS). Os demais autores, cada um pertence a uma instituição diferente.

Os artigos são apresentados, em sua maioria, por dois, três ou quatro autores. Somente um artigo apresenta um único autor, em relação aos demais, seis arti-

gos apresentam dois autores, cinco artigos apresentam três autores e igualmente cinco artigos apresentam quatro autores. Porém, percebe-se que apenas um grupo pequeno de autores consegue efetiva continuidade na produção/publicação de artigos na área e o mesmo se observa em relação à concentração de artigos por grupos específicos de pesquisa. Dos sete autores que mais publicaram artigos, seis deles fazem parte de grupos de pesquisa. Este análise indica que os grupos de pesquisa apresentam grande contribuição para a produção científica da área de Políticas Públicas em Educação Ambiental.

Em relação às políticas públicas, as diretrizes, as ações, as estratégias, os projetos e os programas de Educação Ambiental citados nos 17 artigos, lideraram o ranking: a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), citada em 13 artigos, seguida pelo Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA), citado em 10 artigos, pelo Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, citado em oito artigos, pelos Coletivos Educadores, citados em sete artigos e pelas Comunidades Interpretativas e de aprendizagem (CIA), citadas em cinco artigos.

Em relação às matrizes conceituais e metodológicas dos artigos, foram destacados os principais temas, campos teóricos e conceituais trabalhados pelos autores, bem como as metodologias e procedi-

Matriz conceitual*	Matriz metodológica
<ul style="list-style-type: none"> - aspectos epistemológicos das políticas públicas; - atuação dos Conselhos de Meio Ambiente (CMA); - avaliação de projetos de EA; - avaliação qualitativa das políticas públicas de EA; - coleta seletiva e reciclagem; - colonialidade; - conceitos relativos à participação, mobilização, controle social; - conflitos político-ideológicos no cenário das políticas públicas de EA; - crise do imaginário político; - Declaração de Tbilisi; - diálogo a partir de Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem; - Diretrizes Curriculares Nacionais; - EA no licenciamento e na gestão; - Educação Ambiental Crítica; - educação ambiental e as políticas educacionais; - educação ambiental popular; - elaboração e implantação de políticas públicas em EA; - equipes interinstitucionais; - expansão da educação ambiental nas universidades brasileiras; - ferramentas de análises de políticas públicas; - formação de educadores(as) ambientais; - gestão de resíduos sólidos; - implantação da política de EA; - marcos jurídicos que regulam as políticas públicas de gestão ambiental; - marcos jurídicos que regulam as políticas públicas de EA no Brasil; - metaprojeto; - movimentos sociais; - mudanças climáticas; - parcerias não formais (redes); - participação democrática; - participação social; - perspectiva crítica e emancipatória da EA; - planejamento participativo; - Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 3.325 - Rio de Janeiro); - Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei 4.191 - Rio de Janeiro); - Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445); - Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); - Política Nacional do Idoso (PNI); - políticas climáticas; - contexto escolar; - políticas públicas em Educação Ambiental; - processo dialético Estado-sociedade; - Programa de Formação de Educadores Ambientais (Paraná); - Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS); - Programa Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS); - Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA); - Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA); - Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola; - programas governamentais de saneamento; - Projeto Araras sem lixo; - Projeto Internacional Clean Up the World; - Projeto Paraná Ambiental; - Projeto Petrópolis Recicla; - públicas educacionais federais e municipais; - redes de EA locais, regionais e nacionais. - sociedades sustentáveis; - sustentabilidade do modelo de produção e consumo; - Temas Transversais dos PCNs; - teoria operacional de diálogo, espaços e indicadores de diálogo (BUBER, Martin, 1979); - teorias de políticas públicas; - Tratado Geral para Sociedades Globais e Construção de Sociedades Sustentáveis; - unidades de conservação (UCs). <p>* Os programas, projetos, diretrizes e eventos citados nesta listagem embasaram as discussões teóricas dos artigos. Os demais, que foram apenas citados pelos artigos, encontram-se no quadro três.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise Crítica do Discurso; - Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977); - análise de documentos oficiais; - análise discursiva; - análise documental; - avaliação qualitativa; - categorização; - entrevistas qualitativas; - entrevistas semiestruturadas; - estado da arte; - estudo exploratório; - formação de grupos focais; - levantamento bibliográfico; - mapeamento. - métodos quantitativos e qualitativos; - narrativas dos sujeitos atuantes; - observação participante; - pesquisa participativa; - pesquisa-intervenção; - questionário aberto; - trabalho de campo; - triangulação de dados;

Quadro 02 – Matrizes conceituais e metodológicas citadas nos artigos. Fonte: produzido pelos autores.

mentos técnicos citados nos 17 artigos, conforme quadro 2.

De acordo com os dados analisados, dentro da área geral de Políticas Públicas em Educação Ambiental, igualmente foram abordados temas mais específicos. Destacam-se assim a Avaliação, a Formação de Educadoras(es) Ambientais e o Diálogo como as temáticas e teorias mais trabalhadas nos artigos, especificamente, 2 artigos cada uma delas. Em relação às matrizes metodológicas, alguns artigos não destacaram suas metodologias adotadas, bem como outros apenas apontaram os procedimentos técnicos utilizados.

Considerações finais

Partindo-se do questionamento que motivou o estudo, *“qual o estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, a partir dos artigos de periódicos científicos brasileiros indexados na base SciELO?”*, tinha-se como hipótese que a produção científica sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental apresentava-se em um número reduzido nestes periódicos brasileiros. A hipótese formulada levou posteriormente a confirmação do que se propôs verificar, recorrendo aos procedimentos da análise de conteúdo proposta por BARDIN (2011). Tal suposição se originou da es-

caixa bibliografia encontrada em periódicos, até sua comprovação, por meio dos dados coletados. Portanto, a hipótese formulada que embasou o estudo foi comprovada.

Por ser o objetivo a finalidade da proposta, se buscou identificar a produção científica brasileira acerca da temática Políticas Públicas em Educação Ambiental na base de periódicos brasileiros de acesso aberto da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Sendo assim, foram identificados apenas 17 artigos publicados sobre o tema, em um universo de, atualmente, mais de 153.000 artigos brasileiros disponibilizados pela base nos seus 354 periódicos científicos.

Igualmente foram identificados e apresentados os principais dados sobre os periódicos que publicaram os referidos artigos; os anos de maiores publicações sobre o tema; os autores que mais publicaram artigos na área e seus vínculos institucionais; as matrizes conceituais e metodológicas abordadas; as temáticas e teorias mais exploradas no campo amplo das políticas públicas em EA; as diretrizes, ações, estratégias, políticas públicas, projetos e programas de Educação Ambiental citados nos artigos e a visibilidade internacional dos artigos, conforme indexação nas bases *Web of Science* e SCOPUS.

Neste sentido, pode-se concluir que a produção de artigos científicos acerca das

Políticas Públicas em Educação Ambiental ainda se apresenta em número reduzido, o que torna cada vez mais importante não só o desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas em razão destas, como igualmente quem as desenvolve, divulgá-las aos pares, por meio de publicações de artigos, a fim de proporcionar subsídios aos educadores ambientais, ao poder público e à sociedade em geral para o fortalecimento e articulação de ações, controle e participação social. Além disso, este estudo se propõe a fundamentar futuros trabalhos relacionados ao estado da arte sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil.

É importante ressaltar que, embora o estudo apresente como limitação ter considerado apenas os periódicos brasileiros indexados na base SciELO, os resultados aqui apresentados não podem ser negligenciados, visto que se trata da maior base brasileira de periódicos de acesso aberto, nas diversas áreas do conhecimento, reconhecida internacionalmente e academicamente e com representação de periódicos de qualidade, devido aos seus rigorosos critérios de indexação.

Portanto, acredita-se ter contribuído para um delineamento do estado do conhecimento sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental no Brasil, a partir dos periódicos científicos brasileiros indexados na base SciELO, resgatando a produção científica sobre o tema e per-

mitindo igualmente mapear e identificar os processos dialógicos na área ao longo dos últimos anos.

Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. (2011): Análise de conteúdo. ed. rev. ampl. São Paulo: Edições 70.
- BOBBIO, N. (1998): Política. Em: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: Ed. UnB. V. 1.
- DI GIOVANNI, Geraldo. (2009): “As estruturas elementares das políticas públicas”, em Caderno de pesq., n. 82.
- DI GIOVANNI, Geraldo.(2016): Entrevista. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/jornal27-geraldodigiovanni.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. (2002): “As pesquisas denominadas estado da arte”. Educação & Sociedade, ano 23, n. 79, p. 257-272.
- FUNDAÇÃO CAPES. (2015): Qualis. CAPES: Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- HEIDEMANN, F. G. (2009): “Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento”. Em: SALM, José Francisco; HEIDEMANN, F. G. (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Ed. da UNB.
- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. (2012): “Histórico da Educação Ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a SEMA ao ICMBio.” Em: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces. São Carlos: RiMa.
- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. (2012): Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 4. ed. São Paulo : Cortez.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. (2003): Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina.
- ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. (2006): Portfólio Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MEC/MMA. (Série Documentos Técnicos, 7).

- ROMANOWSKI, J. P. ; ENS, R. T. (2006): "As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação". Em *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50.
- SECCHI, Leonardo. (2012): Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.
- SEMA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Paraná). (2010?): O que são políticas públicas? PNCPR: SEMA.
- SIRAQUE, V. (2004): O Controle Social da Função Administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 224 f.
- TAMAIO, Irineu. (2007): A política pública de Educação Ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - Gestão do Governo Lula (2003-2006). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 176 f.